

Território e Desenvolvimento: Reflexões sobre o Contexto Amazônico e Proposição de um Modelo de Análise

Daniel Reis Armond de Melo
Universidade Federal do Amazonas
armond@ufam.edu.br

RESUMO

Nesse artigo apresenta-se um modelo analítico multiescalar e multidimensional para planejamento de políticas públicas e demais estudos relacionados ao desenvolvimento sustentável elaborado com base em vários autores bastante referenciados no contexto dos temas discutidos. O objetivo deste trabalho é revisar e discutir alguns dos conceitos sobre território e desenvolvimento, tomando como unidade de análise a situação atual da Amazônia Legal. Consideram-se como parte do contexto as alternativas adotadas pelos diferentes Estados que compõem a região. Finalmente estudam-se algumas iniciativas no sentido de utilizar novos mecanismos de planejamento e de gestão do território.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Amazônia. Território. Modelo de Análise

1. INTRODUÇÃO

Tem-se observado, nos meios acadêmicos, empresariais e políticos, um renovado e crescente interesse pelas questões relativas ao desenvolvimento regional, em suas múltiplas dimensões – ambiental, social e econômica, etc. Isso é evidenciado, em parte, pela crescente publicação nacional sobre o tema e pela retomada da discussão nas várias esferas do âmbito político.

Segundo diversos autores (BRANDÃO, 2007; HARVEY, 2006; LOIOLA, 2003; MILANI, 2007; OLIVEIRA, 2005; RIBEIRO, 1997, 2007; SILVA, 1997) a questão do desenvolvimento vem adquirindo um caráter estratégico para a inserção dos países na economia internacional. Todavia, há uma grande dificuldade associada ao desafio de pensar o desenvolvimento local hoje, a questão da globalização (MILANI, 2007). Dessa forma, é preciso reconhecer que o novo paradigma mundial, associado diretamente ao processo de globalização, traz consigo novos parâmetros para a pesquisa sobre desenvolvimento e demais questões relacionadas ao território.

Na Amazônia, área na qual o Brasil sofre as mais fortes tentativas externas de limitar sua soberania, a globalização se manifestou por meio de uma forte pressão para a expansão do agro-negócio, acompanhada de crescentes exigências sobre preservação ambiental da floresta (BECKER, 2001b). Além disso, as mudanças estruturais na conectividade (meios de comunicação), na economia (industrialização), no povoamento (urbanização) e na sociedade trouxeram novos atores à cena, como as populações nativas, os governos estaduais e a cooperação internacional.

A partir daí aumentariam as pressões dos países industrializados sobre o Brasil e demais países amazônicos. Por meio de organismos multilaterais, e de uma rede internacional de organizações não-governamentais, os países “desenvolvidos” interpelam e questionam a soberania e a capacidade dos países da região amazônica em desenvolver de forma racional e competente a exploração dos imensos recursos da mais abundante bacia fluvial do mundo.

Nesse contexto, ganham peso, importância e influência sobre o espaço nacional instituições multilaterais, supranacionais ou de direito internacional. A Organização Mundial de Comércio (OMC), o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) constituem exemplos de organismos que, por meio de seus instrumentos institucionais, buscam influenciar não apenas os fluxos comerciais externos dos países, mas também a maneira como os agentes públicos e privados constroem suas estratégias setoriais para além dos limites do território. Exemplos disso são relatados por, Becker (2001a), Purcell & Brown (2005), Zhouri (2006), Castro M.H (2007), dentre outros.

Nessa conjuntura, o olhar dos diversos interessados (inclusive do poder público) deve estar atento para várias dimensões (econômica, social, ambiental, cultural, etc.) que compõem a diversidade e a complexidade regional, no intuito de construir uma maior coesão interna dentro de um contexto efetivo de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

Tomando por base essas considerações iniciais, a principal questão a ser posta em debate nesse artigo diz respeito à necessidade de se conhecer as diversas perspectivas relacionadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, particularmente no que se refere às articulações nas diversas escalas (sub e supranacionais) em suas várias dimensões (econômicas, sociais, culturais, políticas, etc.).

Para atender a essa proposta, além dessa introdução, esse artigo é composto de mais cinco partes: a primeira, relacionada ao desenvolvimento na Amazônia, evidencia o caráter endógeno das estratégias atuais de desenvolvimento; a segunda discute o território e suas múltiplas escalas de análise; em seguida, apresentam-se as questões relacionadas ao desenvolvimento e suas dimensões; apresenta-se nessa parte um modelo de análise para gestão do território; por fim, se fazem algumas considerações não conclusivas.

2. O DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

A definição de Amazônia não é simples ou óbvia, pois a mesma palavra pode significar um bioma, uma bacia hidrográfica, uma região político-administrativa nacional ou uma região subcontinental, cujos limites não são coincidentes.

A escolha de um conceito de Amazônia não se trata de um preciosismo, mas de uma questão sobre a própria formação da região, dado que diferentes conceitos, ou diferentes critérios para sua definição, resultam de distintas maneiras de abordá-la. Para fins desse artigo, adotar-se-á o conceito de Amazônia Legal.

A expressão Amazônia Legal designa uma delimitação de ordem político-administrativa, estabelecida por lei para efeito de planejamento do desenvolvimento regional, tendo como principais instrumentos os incentivos creditícios, cambiais e fiscais (FLEISCHFRESSER, 2002). A Amazônia Legal abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Notadamente, a maioria desses estados está localizada na Região Norte, com exceção do Maranhão, na Região Nordeste, e do Mato Grosso, na região Centro-Oeste. A área total atinge, aproximadamente, cinco milhões de km², o que representa cerca de 60% do território brasileiro (BECKER, 2001a).

Pensar a questão regional implica, necessariamente, levar em conta a dimensão histórica do desenvolvimento nacional, uma vez que a presente heterogeneidade no plano espacial é consequência do modo como as relações sociais capitalistas se difundiram no território brasileiro. Dessa forma, no decorrer de sua história, a economia da Amazônia vem se transformando e acompanhando as várias fases pelas quais é possível caracterizar o desenvolvimento da economia brasileira.

O recente desenvolvimento da Amazônia brasileira envolve dois períodos distintos. O primeiro corresponde ao regime autoritário; nele, várias estratégias de desenvolvimento foram implementadas com o objetivo de maximizar ganhos imediatos, sendo elas responsáveis por consideráveis impactos socioambientais adversos. Já o período seguinte, a partir do início dos anos 1990, difere significativamente do primeiro. Caracteriza este período o reconhecimento, por parte do governo, do caráter predatório do modelo anterior (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004). Todavia, os esforços do Governo Federal para conciliar uso produtivo e conservação ambiental colidem com sua estratégia de criar “Eixos de Desenvolvimento”, cujos objetivos para a Amazônia são o de integrá-la ao resto do país, vinculando-a ao mercado mundial.

Segundo Becker (2001b), a estratégia adotada pelos Estados da Amazônia Legal para consolidar o povoamento e alcançar o desenvolvimento sustentável concorre para reforçar as diferenças intra-regionais. Sem considerar o ecoturismo, considerado por todos uma atividade básica, as demais estratégias estaduais variam consideravelmente em razão de seu contexto histórico, cultural e político, da sua localização geográfica e do grau em que os Estados da Amazônia Legal foram afetados pelo recente processo de ocupação.

Mato Grosso e Tocantins, e parte do Pará, do Maranhão, de Rondônia e de Roraima, adotam um modelo de ocupação extensivo em área (notadamente no agronegócio). Por outro lado, o modelo de ocupação do Estado do Amazonas é pontual, fundamentado na consolidação do Pólo Industrial de Manaus (PIM) mediante investimentos em alta tecnologia. O Acre e o Amapá, por sua vez, apostam em modelos baseados na utilização da floresta. Destaca-se ainda o dinamismo econômico que ocorre no sudeste-sul do Pará e em Mato Grosso que, econômica e culturalmente, distanciam-se do resto da Amazônia, embora continuem fazendo parte da Amazônia Legal (SERRA E FERNÁNDEZ, 2004). Tudo isso corrobora com a percepção de que são várias as “amazônias” e, nesse caso, isto implicaria em diferentes soluções de desenvolvimento (SILVA, 1997).

Essas diferenças têm origens históricas e encontram explicação na história regional, não apenas em aspectos de uma geografia histórica, mas também em questões relacionadas à cultura e à política (BENCHIMOL, 2002). Ao mesmo tempo, a discussão sobre a formação da região amazônica e o conceito de Amazônia tem grande relevância para os processos atualmente em curso, que acentuam as diferenças internas à região, aprofundam e modificam suas relações com as demais regiões do país e do continente.

O potencial para exploração econômica da Amazônia é muito amplo e variado (extrativismo vegetal e animal, recursos minerais, potencial hidrelétrico e agropecuário e possíveis aplicações do banco genético da região - biodiversidade). Tal diversidade torna infrutífera qualquer tentativa de planejamento baseada em princípios generalistas ou idéias pré-concebidas ou elaboradas em outros contextos. (BENCHIMOL, 2002)

A complexidade aumenta quando consideradas as interações existentes entre os sistemas ecológicos e os socioeconômicos. A ocupação humana do território amazônico conheceu fases de expansão e retração de atividades muito variadas, no tempo e no espaço, e sua compreensão também é determinante para as perspectivas de desenvolvimento na Amazônia (BECKER, 2001a).

Como se vê, a Amazônia possui múltiplos atores e atividades, o que parece indicar que existem distintas respostas às políticas públicas e demais questões relativas ao desenvolvimento. Entretanto, contrariando essa lógica, o que observa no contexto amazônico nos últimos anos, é que estratégias endógenas localistas e territorializadas, passaram a ser utilizadas como a única resposta, e como base dos planos e programas locais para o desenvolvimento, principalmente como referência para o estímulo de pequenas e médias empresas. Entretanto, verifica-se na realidade que esses planos não possuem articulação com

uma proposta mais ampla de desenvolvimento, seja no contexto regional ou nacional. Além disso, desconsideram o pressuposto da sustentabilidade ou da possibilidade de uma perspectiva de desenvolvimento no longo prazo.

Atualmente, o desafio imposto à Amazônia trata da implantação de estratégias que alterem o padrão de desenvolvimento vigente no sentido de garantir mais justiça social, redução do desmatamento e de utilização racional/sustentável do meio ambiente. Há um crescente reconhecimento de que as atuais formas predatórias de desenvolvimento na região acarretam pesados ônus sócio-econômicos e ambientais, aliados à compreensão de buscar alternativas de desenvolvimento sustentável. (BECKER, 2006)

3. DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

Para Milani (2007), o desenvolvimento enquanto projeto político nasce com a modernidade e se expande graças aos vetores pretensamente universais do projeto moderno, os modelos de Estado, de Nação, de articulação entre o público e o privado, da cooperação internacional, de gestão das relações econômicas, entre outros. Ao revestir-se dessa pretensa universalidade, o desenvolvimento e suas variações (desenvolvimento humano, social, sustentável, territorial, etc.) tendem a desconsiderar as múltiplas escalas geográficas, os tempos históricos e as diversas dimensões de análise.

Nesse sentido, o *mainstream* e as muitas políticas públicas em todo o mundo demonstram acreditar que a menor escala espacial é a mais adequada e de onde se poderiam estruturar os meios capazes de promover o desenvolvimento sustentável. O discurso consiste em substituir o Estado por uma nova condensação de forças sociais e políticas chamada de “território” (BRANDÃO, 2007).

Sendo assim, as hierarquias inter-regionais e o comando maior desses processos ficam fora da escala sob análise. Entretanto, muitas vezes as determinações das questões locais estão em outra escala espacial. Sabe-se que na escala local diversas ações podem ser articuladas, mas o âmbito local encontra sérias limitações que devem ser levadas em conta nas políticas de desenvolvimento. A título de exemplo, o **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** apresenta algumas características da Amazônia que representam desafios (limitações) à implantação de estratégias que levem em conta meramente a menor escala espacial. Como se observa, muitas dessas limitações não podem ser resolvidas meramente na escala menor (local/regional), sendo necessárias articulações em outros níveis.

Quadro 1 - Desafios à implantação de estratégias endógenas na Amazônia

Baixo nível de escolaridade	Localização Geográfica
Legislação ambiental	Economia de subsistência
Logística	Ausência de Planejamento Público
Grandes áreas de reservas indígenas	Baixa capacidade de atração de investidores
Ausência de infra-estrutura básica	Alta concentração da população na zona urbana
Falta de Gestão empresarial	Altas ingerências políticas na região
Baixa capacidade de investimento público	Baixo IDH-M.

Fonte: Adaptado de Gomes e Paiva (2005)

Brandão (2007) afirma que, em todo o mundo, as políticas de desenvolvimento com maiores e melhores resultados são as que não elegem nenhuma escala como a “melhor” de *per si*, mas reforçam as ações em múltiplas escalas que julgam adequadas a cada problema concreto a ser enfrentado. Neste sentido, Purcell e Brown (2005) argumentam contra aquilo que chamam de “armadilha local” (*local trap*). Para esses autores é errado assumir, por

exemplo, que a escala local é inerentemente mais socialmente justa ou ecologicamente sustentável. Em síntese, “na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (CASTRO, I., 2003, p.127).

Diante do exposto, vê-se que as clássicas políticas regionais voltadas para a promoção do desenvolvimento no âmbito de cada macrorregião-alvo, tradicionalmente adotadas no Brasil, tornam-se problemáticas, reforçando a necessidade de uma política nacional operacionalizada segundo diferentes escalas territoriais (BRANDÃO, 2007).

Todavia, a definição de estratégias de desenvolvimento de base territorial não é necessariamente convergente, impondo uma arbitragem dos conflitos. Um exemplo típico da Amazônia trata da questão territorial de populações tradicionais ligadas às suas bases de recursos naturais que demandam seu reconhecimento e tratamento adequado ao passo em que essas mesmas populações desejam integrar-se aos processos econômicos capitalistas dominantes (muitas vezes distantes do seu território). Nesse ponto, retoma-se a discussão sobre as hierarquias de poder e decisão no contexto mais amplo.

Por conta disso, Brandão (2007b) assevera que qualquer diagnóstico de natureza territorial deve explicitar os conflitos e compromissos postos; posicionar recorrentemente a região ou a cidade no contexto: mesorregional, estadual, nacional, etc; identificar seus nexos de complementaridade econômica; estudar sua inserção frente aos ritmos diferenciados dos processos econômicos dos diversos territórios com os quais se relaciona conjuntural e estruturalmente. Não se pode negligenciar a natureza das hierarquias imputadas. “O pesquisador da dimensão territorial do desenvolvimento deve ser um apanhador de sinais e um caçador de hierarquias” BRANDÃO (2007b, p.17).

Entretanto, segundo o mesmo autor, nos estudos recentes foram abandonadas as análises das hierarquias, dos enquadramentos impostos pela divisão social do trabalho, das centralidades que limitam algumas dinâmicas endogeneizadas. “Pouco se analisa acerca da disposição territorial dos centros urbanos, das articulações entres esses centros e com seu *hinterland* etc.” (BRANDÃO, 2004, p.03)

Em sua teoria do desenvolvimento desigual dos territórios Harvey (2006) aponta para a existência de ‘conflitos nas diferentes escalas geográficas’ que são de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista. Sobre isso o autor afirma que “o exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (HARVEY, 2006, p. 110). Nesse sentido, Milani (2007) aponta que um risco de não considerar as múltiplas escalas de análise. O autor refere-se a isso como “localismo” em suas palavras:

Conceber o desenvolvimento local no bojo dessas contradições comporta, em nossa visão, cuidados analíticos importantes. O primeiro deles refere-se ao risco do localismo, que aprisiona atores, processos e dinâmicas de modo exclusivo ao seu lócus, a sua geografia mais próxima, sem fazer as necessárias conexões com outras escalas de poder (nexo local-nacional-global) (MILANI, 2007, p. 199).

Como se vê, as complexidades de análise territorial são enormes. Os instrumentos de intervenção sobre uma realidade localizada territorialmente podem estar em outra escala espacial, arena política, nível de governo ou instância de poder. A escala deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais. Neste sentido, é necessário construir estratégias multiescalares, pois cada problema tem a sua escala espacial específica.

Portanto, o conceito de território, pela sua natureza complexa e interdisciplinar, seu imbricamento com as condições ambientais locais, pode ser o conceito ou dimensão de reflexão sobre os desafios do desenvolvimento e da construção de instrumentos de regulação. Há ainda um grande caminho a ser explorado nessa perspectiva, bem como na construção de metodologias que integrem as diversas dimensões territoriais (RIBEIRO, 2007).

Embora se observe uma crescente importância da pesquisa sobre o território, ainda é precário o debate sobre os diferentes modelos territoriais bem como o desenvolvimento de abordagens que dêem conta da sua complexidade e seus limites (RIBEIRO, 2007). Nesse sentido, com o objetivo de avançar nos estudos das dinâmicas territoriais, far-se-á uma discussão sobre as diversas dimensões do desenvolvimento a partir de uma retrospectiva histórica.

4. AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A idéia de desenvolvimento passou por muitas reformulações, desde sua configuração clássica como sinônimo de progresso material, ou enriquecimento, passou pelos sentidos de “desenvolvimento econômico”, “crescimento com distribuição de renda”, e “desenvolvimento humano”, até chegar à atual definição de “desenvolvimento sustentável” (VEIGA, 2005).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi criado pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em Brundtland, em 1982, e é resumido como aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Em uma relação direta ao trabalho de Sen (2000), Veiga afirma que o âmago da questão reside, portanto, na dificuldade de preservar e expandir as liberdades substantivas de que as pessoas hoje desfrutam sem comprometer a capacidade das futuras gerações desfrutarem de liberdade semelhante ou maior. “Por isso, o desgaste da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa, e as perdas de biodiversidade, são três dos problemas globais que explicitam a natureza dos grandes conflitos sociais contemporâneos” (VEIGA, 2005, p.10).

O novo paradigma da sustentabilidade requer, portanto, uma mudança qualitativa do desenvolvimento devendo atender não só às demandas econômicas e ambientais de longo prazo, mas também às necessidades sociais, culturais, educacionais, etc. que estão relacionadas diretamente com os conceitos de qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Nesse sentido, a sustentabilidade seria o fim a ser perseguido e o desenvolvimento o meio, diferentemente do primeiro paradigma apresentado onde o objetivo era o desenvolvimento, e o meio, o crescimento econômico.

Segundo Milani (2007), a literatura acadêmica e os relatórios de agências internacionais que tratam de temas relacionados ao desenvolvimento partem, de modo quase generalizado, da constatação de que as variáveis econômicas não são suficientes para produzir modelos que sejam socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, os fatores de ordem social, institucional, cultural, etc. são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de formas mais intensas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno das estratégias de desenvolvimento local. (MILANI, 2007)

Sob este olhar, o desenvolvimento sustentável se reveste em uma proposta que visa à equidade e à justiça social atendendo aos anseios da sociedade, presente e futura. É um conceito que prioriza o bem-estar e qualidade de vida da sociedade como riqueza de um povo e não o progresso (crescimento) econômico como um fim em si mesmo.

Isto requer uma visão multidimensional e de longo prazo. Neste sentido, deve-se ir além da necessária, mas não suficiente, dimensão econômica. Dessa forma, diversos autores (GUIMARÃES, 2001; SEN, 2000; VEIGA, 2005; SILVA, 1997; HARVEY, 2006) sugerem considerar adicionalmente outras dimensões relevantes, que se inter-relacionam, interagem e são interdependentes, isto é, são capazes de influenciar e serem influenciadas.

Nesses autores, foram identificadas “dimensões de sustentabilidade”, que são apresentadas sucintamente a seguir, e que abrangem as expectativas de planejamento de políticas públicas nos horizontes temporais (curto, médio e longo prazo), a saber: econômica, institucional, sociocultural, do conhecimento e ambiental.

A **dimensão econômica** preocupa-se em estabelecer indicadores que demonstrem a diversidade das relações econômicas existentes, seja em relação aos indivíduos seja em relação às economias regionais como um todo. Dessa forma, essa dimensão objetiva promover o crescimento estável da renda e a ampliação de suas fontes, em quantidade e qualidade. Para tanto, devem ser analisadas as condições de coordenação e de impulso aos investimentos em expansão da capacidade e inovações (condutores da elevação da produtividade e da competitividade). Além disso, é importante considerar as condições de infra-estrutura e as possibilidades de redução da dependência externa ao território. Em síntese, esta dimensão tem como destaques os seguintes elementos: Crescimento sustentável com estabilidade; Geração de emprego e renda; Ampliação do mercado de trabalho; Melhoria da infra-estrutura; Ampliação da produtividade; Conquista de novos mercados; Redução da vulnerabilidade e dependência externa, etc.

A **dimensão Institucional** trata-se de uma dimensão em que a principal preocupação reside em caracterizar a participação política e o ambiente institucional. Nesse contexto emerge a preocupação com a Governança Pública. Essa dimensão busca atender aos requisitos de: Melhoria da gestão pública; Fortalecimento da democracia; Ampliação da cidadania; Respeito aos direitos humanos; Gestão participativa e transparente nas políticas públicas.

A **dimensão Sociocultural** compreende, na vertente social, as manifestações que abrangem as pessoas, os grupos, as comunidades e os ideais capazes de favorecer a plena realização do indivíduo na sociedade. Na vertente cultural refere-se à visão de mundo, concepções e representações que os indivíduos e os grupos fazem de sua inserção da comunidade e na sociedade como um todo. Nela se destacam as formas de comportamento explícitas e implícitas, adquiridas ou transmitidas mediante símbolos do patrimônio social.

Alguns autores (LOIOLA E MIGUEZ, 2007; SILVA E MENDES, 2005; VECCHATTI, 2004; VEIGA, 2005) consideram que a dimensão cultural se sobrepõe às outras dimensões, por influenciar fortemente a delimitação do objetivo de determinada sociedade. Nesta dimensão estão agregadas as variáveis vinculadas direta ou indiretamente ao bem estar e à qualidade de vida dos indivíduos. Em linhas gerais, esta dimensão deverá considerar: Diminuição das desigualdades; Fortalecimento da identidade territorial, por meio da valorização da cultura; Valorização e o respeito à diversidade étnica e à prática dos diversos credos religiosos; Melhoria dos padrões de saúde e de outros fatores associados à qualidade de vida; Valorização das culturas regionais, entre outras.

A **dimensão do Conhecimento** alinha-se com a atual conjuntura mundial, que tem no conhecimento o fator diferenciador dos níveis de desenvolvimento. Nesse sentido, Boisier (1996, p.91) citado por Chein e Keinert (2001) é enfático: “*En la actualidad, y cada dia ello será más cierto, la ventaja comparativa más poderosa que puede tener una región es la capacidad, habilidad y competencia técnica de sus habitantes*”. Por sua vez, Loiola (2003) assevera que “[...] em contraposição à idéia de equalização, o que parece se evidenciar com a globalização é a tendência ao recrudescimento das assimetrias entre as nações, regiões e locais

com base nas diferentes capacidades de gerar, difundir e absorver o progresso técnico [...]” (LOIOLA, 2003, p. 228). Dentre outros indicadores, nesta dimensão pode-se considerar: Níveis de educação formal; Grau de universalização de acesso à informação; Capacidade de geração de conhecimento científico, tecnológico e de inovação; Interação entre os saberes popular (tradicional) e científico.

Quanto à **dimensão Ambiental**, é caracterizada de forma ampla pelas condições mais gerais de uso dos recursos naturais e suas implicações/conseqüências para as populações e atividades econômicas e seus reflexos para o desenvolvimento. Neste sentido, deve ser analisada de forma transversal às demais dimensões. Isso implica, por exemplo, em uma orientação das escolhas no campo social e econômico, haja vista que a dimensão econômica impõe forte pressão sobre os recursos naturais e vice-versa. Entre outros aspectos, a análise dessa dimensão inclui: Preservação ambiental e ampliação da proteção dos ecossistemas; Uso sustentável dos recursos da biodiversidade; Uso sustentável das fontes de energia e dos minérios não energéticos; Uso sustentável dos recursos hídricos e dos solos; Qualidade ambiental urbana, etc.

Ao analisar-se a questão do desenvolvimento, além das diversas dimensões, é preciso considerar as múltiplas escalas e o contexto histórico (fator tempo). Como aponta Ribeiro (2007) ao citar Morin, o objetivo dessa abordagem não é o conhecimento exaustivo de todos os eventos e processos, mas a busca da coerência global, das ligações entre os elementos de um sistema. Nesse sentido, busca-se delinear a seguir, a partir de alguns autores (BRANDÃO 2007b; HARVEY, 2006; LOIOLA, 2003; MILANI, 2007; OLIVEIRA, 2002; RIBEIRO, 2007), um diagrama de análise das questões relacionadas ao desenvolvimento territorial, que leve em consideração o contexto internacional de globalização.

Como afirmado anteriormente, uma metodologia para analisar as questões atinentes ao território e seu desenvolvimento não é simples, mas complexa. Segundo Di Méo e Buléon (2005) citados por Ribeiro (2007), pode-se qualificar como complexa as abordagens que valorizem as relações, as inter-relações, a dinâmica e o movimento, as contradições, a natureza indissociável do espaço e do tempo, bem como o caráter multidimensional das espacialidades e das temporalidades.

Além disso, é preciso considerar o tempo histórico. As escalas espaciais são perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações (HARVEY, 2006, p. 109). Por isso, uma determinada escala espacial pode fazer sentido em um tempo (no curto prazo, por exemplo), mas pode não fazer em outro. Loiola (2003) afirma que os territórios mudam no tempo e no espaço. Isto é, os territórios desempenham o papel de acumulador da história, assim como são modelados pela ação de seus sujeitos históricos, a qual é mediada, por sua vez, pela combinação de forças internas e externas. Dessa forma, torna-se necessário incluir a escala temporal na análise do modelo proposto.

Nesse sentido, Brandão (2007b) assevera que é necessário partir para uma abordagem territorial que leve em consideração as escalas espaciais em sua dinâmica de transformação. Harvey (2000, p. 112) afirma que “ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, é um erro crasso supor que elas sejam mesmo relativamente estáticas, para não falar de imutáveis. O mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala”. Em síntese, todas as dimensões propostas devem ser analisadas conjuntamente, levando-se em consideração as múltiplas escalas espaciais e a questão do horizonte de análise (tempo). A Figura 1 retrata o modelo de análise.

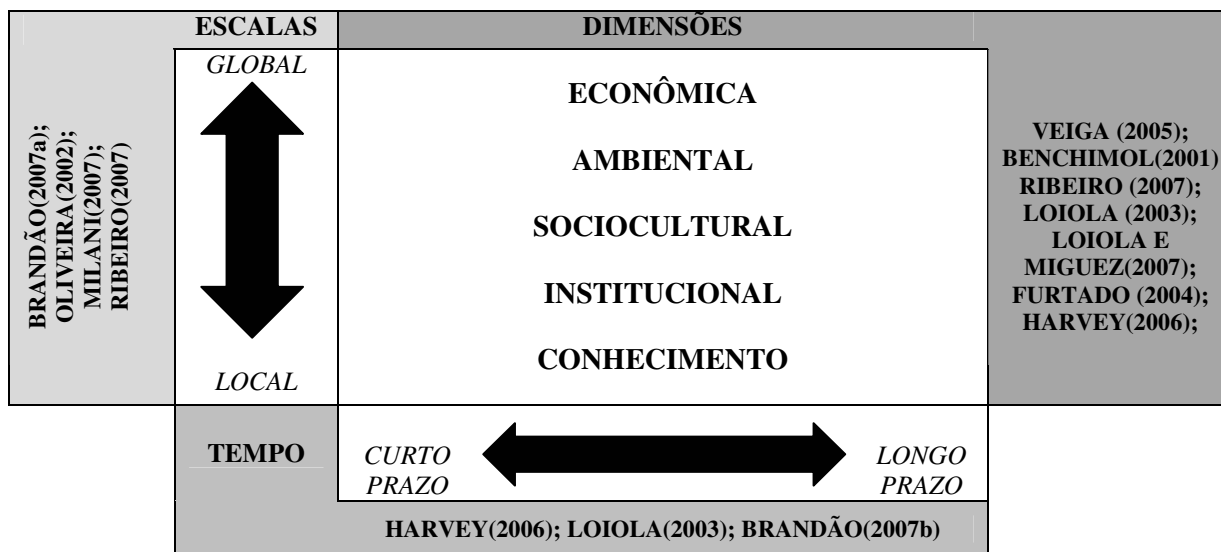


Figura 1 - Modelo de análise Multiescalar e Multidimensional
Fonte: Elaborado pelo autor

Cabe destacar que as escalas aqui propostas são meramente abstrações que dão conta, de um modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que se pode discernir na realidade. Conforme adverte Egler (1991): “não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, mas compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração.” (EGLER, 1991, p.232). Outrossim, destaca-se que o modelo proposto é ainda uma versão preliminar, necessitando ainda de adaptações em sua representação gráfica, que mostre uma perspectiva tridimensional de análise.

5. CONSIDERAÇÕES NÃO CONCLUSIVAS

As transformações socioeconômicas contemporâneas associadas ao processo de globalização (caracterizada pelo uso intenso da informação e do conhecimento em redes e, em especial, pela crescente mobilidade do capital) aumentam a velocidade das mudanças territoriais. Um olhar sobre diversas dimensões (sociológicas, ideológicas, econômicas, políticas e culturais) dessa etapa do capitalismo oferece subsídios valiosos para a compreensão das questões relacionadas ao desenvolvimento territorial, bem como para a percepção dos limites das políticas públicas no contexto nacional.

Defendeu-se nesse artigo que ao analisar a estrutura e a dinâmica da socioeconomia de uma região, por exemplo, da Amazônia, é fundamental que se questionem as articulações efetivas e potenciais entre as suas várias porções territoriais, entre seus principais atores e nas diversas dimensões (social, política, ambiental, etc.), como suporte para o levantamento de problemas e alternativas para o desenvolvimento regional. Para fins de análise das políticas de desenvolvimento, considera-se fundamental a construção de estratégias multiescalares, ou seja, encontrar a escala adequada que defina determinado campo onde a decisão deve ser tomada. Em termos mais amplos, deve-se buscar a escala de observação adequada para a análise dos fenômenos sobre os quais se deseja estudar e/ou intervir.

Demonstrou-se que a endogenia exagerada na promoção de políticas públicas de desenvolvimento é uma idéia fora de contexto. A visão localista (monolítica) realiza uma identificação insistente entre lugar e comunidade, resignando-se frente a um movimento unidirecional de globalização que se mostra irreversível.

Dessa forma, ficou evidente a necessidade de um maior debate coletivo na área do desenvolvimento territorial para aprofundar o balanço de quais são as reais rupturas e

persistências (produtivas, sociais, institucionais, políticas, etc) do capitalismo atual e seus impactos espaciais-territoriais mais marcantes.

Todavia, verificou-se que nos estudos recentes foram abandonadas as análises das hierarquias, dos enquadramentos impostos pela divisão social do trabalho, das centralidades que limitam algumas dinâmicas endogeneizadas. Estudar o agir, o comportamento orientado, dotado de propósitos, intencionalidades, para atingir determinados fins é a principal tarefa dos estudos territoriais. (OLIVEIRA, 2002; BRANDÃO, 2007a, 2007b; MILANI, 2007).

Depreende-se das visões desses diversos autores que teorizar sobre ações com intencionalidade transformadora em determinado território requer uma agenda interpretativa extensa e complexa. Nesse sentido, é necessário elaborar novos instrumentos analíticos que melhor entendam às necessidades de análise da questão do desenvolvimento. Dessa feita, considerando o contexto apresentado e o modelo de análise multiescalar e multidimensional, pretende-se realizar uma pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Pode-se perceber que é importante apontar a natureza da inserção da economia da região nas escalas sub e supra-regionais. Questionar como tais escalas (nacional e internacional, por exemplo) impõem e/ou conduzem a lógicas mais endógenas de desenvolvimento e como podem ser formatadas as suas complementaridades econômicas. Em outras palavras, como se desenvolvem, ajustam e se encadeiam as estruturas regionais e suas instituições (em sentido amplo) ao movimento do contexto mais geral.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. En la globalización necesitamos tener raíces y alas a la vez.. jornal Clarin, suplemento Zona, edição de 11/11/2007, Argentina. Entrevista concedida a Julio Sevares. Disponível em <http://www.clarin.com> <acesso em 10/07/2008>

BECKER, Bertha. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____, Bertha. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios presentes. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001a. p. 5-28.

_____, Bertha K. 2001b “Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?”. Em: Parcerias Estratégicas, MCT, nº 12, p.135 a 159

_____, Bertha K. 2005 “Amazônia: desenvolvimento e soberania”. Em: Brasil, o estado de uma Nação Editora Garamond, IPEA, 2005a. p. 201-249

BENCHIMOL, Samuel Isaac. Zênite ecológico e Nadir econômico-social: Análises e propostas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Manaus: Valer, 2001.

_____, Samuel Isaac. Desenvolvimento Sustentável da Amazônia: Cenário, perspectivas e indicadores. Manaus: Valer, 2002.

BRANDÃO, C.A; COSTA, E.J.M. & ALVES, M.A.S. Construir o espaço supra-local de articulações sócio-produtivas e das estratégias de desenvolvimento. CEDEPLAR/UFMG. Nov. 2004.

_____, Carlos. A. . Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a. v. 1. 157 p

_____, C. Territórios com classes sociais, conflitos decisão e poder. In ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N (orgs). Desenvolvimento Territorial – Segurança Alimentar e Economia Solidária. Ed. Alínea, 2007b.

CASTRO, Iná E. O problema da escala. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. *Amazônia - soberania e desenvolvimento sustentável*. – Brasília: Confea, 2007. 120p.
- CHEIN, Flávia; KEINERT, Ruben C. Planejamento governamental e política regional: O Brasil frente ao novo Paradigma. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Administração, 2001, São Paulo.
- EGLER, Cláudio A. G. As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v.53, n.3, p.229-245, jun./set. 1991.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. O Papel do Estado nos Esforços de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, n. 102, p. 29-49, jan./jun. 2002.
- FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GOMES, Eliany Maria de Souza; PAIVA, João Carlos. DESAFIOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA AMAZÔNIA. Workshop “desafios institucionais para o melhoramento de arranjos produtivos locais”. Apresentação de Paineis. Junho, 2005
- GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N.O desafio da sustentabilidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.p.43-71.
- HABERMAS, J. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização in *Novos Estudos*, 43: 87-102, São Paulo, 1995.
- HARVEY, David. *Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. New York: Verso, 2006.
- LOIOLA, Elisabeth. Desenvolvimento regional e as políticas públicas: o caso do nordeste brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: ETENE, v. 34, n. 2, abr./jun. 2003
- _____, Elizabeth; MIGUEZ, P. . Sobre cultura e desenvolvimento. In: Terceiro ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares, 2007, Salvador-BA. Anais do terceiro ENECULT. Salvador-BA : FACOM:UFBA, 2007.
- MILANI, Carlos R. S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195 - 224, jan/abr. 2007
- OHMAE, K. (1996): *O fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus.
- OLIVEIRA, F. Aproximação ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: CASSIA-BAVA, VERONIKA, P. SPINK, P (Org), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis Progr.Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. 336p.
- PURCELL, M.; BROWN J. C. Against the local trap: Scale and the study of env. and development. *Progress in Development Studies* 5 (4): 279–97., 2005
- REZENDE, Enio Antunes. *Biopirataria ou Bioprospecção? Uma análise crítica da gestão do saber tradicional no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia.
- RIBEIRO, M. T. F. . *Gestão do Território e Desenvolvimento: Um Convite à Reflexão e ao Exercício do Diálogo entre Saberes*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2007, Rio de Janeiro. Anais do XXIII ENANPAD 2007, 2007. v. 1.
- _____, M. T. F. . Globalização da Economia e internacionalização da PD - desafios para os países em desenvolvimento.. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 21, 1997. 21º Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração - ENANPAD1997, 1997.

- SACHS, I.; LAGES, V. N. Capital social e desenvolvimento: novidade para quem? (<http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/3/7903/sachsvinicius.pdf-2001-09-25>) <acesso em 15/06/2008.>
- _____, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. Organizações & Sociedade, v.12, n.33, p. 151-165, abr./jun. 2005.
- SANTOS, M. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.
- SEN, Amartya K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERRA, M.A., FERNÁNDEZ, R.G. Perspectiva de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. Revista Economia e Sociedade, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131. 2004
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Um discurso sobre as ciências. Maria da Fé: Ed. afrontamento, 2001.
- SILVA, Marilene Correa. Globalização e Amazônia. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.
- SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005
- SIQUEIRA, T. A. e SIFFERT FILHO, N. F. Des. Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 8, n.º 16, p. 79-118, Dez. 2001
- SMITH, N.: The region is dead! Long live the region! Political Geographical Quarterly. Vol. 7, n. 2, abril. Newcastle-upon-Tyne: Depto. De Geografia. 1988
- VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável; O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005
- ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. Horiz. antropol. , Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2006 . Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 22/07/2008.